

**BANCO TRICURY S.A.
CNPJ 57.839.805/0001-40**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente em 30 de junho de 2025.**

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as demonstrações contábeis do Banco Tricury S.A. (Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional. As demonstrações contábeis se referem à instituição individual.

Neste 1º semestre de 2025, as operações do Banco se concentraram na captação de recursos através da emissão de Certificados de Depósitos Bancários e Letras de Crédito Imobiliário e nos Empréstimos para empresas de pequeno e médio porte, com a garantia da alienação fiduciária de imóveis.

A carteira de crédito encerrou o 1º semestre de 2025 em R\$ 290.564 mil, os recursos captados em R\$ 492.806 mil, o patrimônio líquido em R\$ 295.953 mil e o lucro líquido em R\$ 14.611 mil. O Banco manteve a sua linha de atuação com foco na alta liquidez, com índice de Basileia de 45,50% e índice de liquidez corrente de 4,60.

A política de gestão corporativa está alinhada com as melhores práticas de mercado, sempre na busca do aprimoramento do modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e princípios da ética, da transparência, do respeito e da responsabilidade na condução dos negócios.

No 1º semestre de 2025 não tivemos nenhuma reorganização societária ou administrativa no Banco e mantivemos praticamente o mesmo número de colaboradores do ano anterior.

Agradecemos aos nossos clientes pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na condução dos negócios.

São Paulo, 29 de setembro de 2025.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Tricury S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco Tricury S.A. ("Banco")**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Tricury S.A.** em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2025, a qual apresenta as transações e operações significativas com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Demonstrações contábeis comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2025, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966, do Conselho Monetário Nacional, e na Resolução BCB nº 352, do Banco Central do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outro modo, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de setembro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8



**BANCO
TRICURY**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

A T I V O

	30/06/2025
ATIVO CIRCULANTE	618.345
Disponibilidades	83
Ativos financeiros ao custo amortizado	593.955
. Aplicações Interfinanceiras de liquidez (nota 3)	385.141
. Operações de crédito (nota 5)	206.549
. Operações com característica de concessão de crédito (nota 6)	2.265
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(6.512)
. (-) Operações de crédito (nota 7)	(6.339)
. (-) Operações com característica de concessão de crédito (nota 7)	(173)
Ativos fiscais correntes (nota 8)	1.973
Outros valores e bens (nota 10)	21.705
Outros ativos (nota 11)	7.141
ATIVO NÃO CIRCULANTE	110.591
Realizável a longo prazo	109.624
Ativos financeiros ao custo amortizado	93.508
. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 4)	2.183
. Operações de crédito (nota 5)	91.325
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.064)
. (-) Operações de crédito (nota 7)	(3.064)
Ativos fiscais diferidos (nota 9)	4.658
Outros valores e bens (nota 10)	13.822
Outros ativos (nota 11)	700
Imobilizado de uso	2.060
Intangível	137
(-) Depreciações e amortizações	(1.230)
TOTAL DO ATIVO	728.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**BANCO
TRICURY**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

P A S S I V O

	<u>30/06/2025</u>
PASSIVO CIRCULANTE	<u>134.386</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado	<u>123.392</u>
. Depósitos (nota 12)	109.388
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 13)	8.011
. Obrigações por repasses (nota 14)	5.993
Provisões (nota 15)	3.797
Obrigações fiscais correntes (nota 16)	6.969
Outros passivos (nota 17)	228
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<u>375.409</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado	<u>375.409</u>
. Depósitos (nota 12)	372.382
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 13)	3.027
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 20)	<u>219.141</u>
. Capital social	215.000
. Reservas de lucros	7.326
. Lucros ou prejuízos acumulados	(3.185)
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>728.936</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira	61.965
. Operações de crédito	41.879
. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.086
Despesas da intermediação financeira	(31.001)
. Operações de captação no mercado	(28.884)
. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 7)	(2.117)
Resultado bruto da intermediação financeira	30.964
Outras receitas/despesas operacionais	(13.598)
. Receitas de prestação de serviços	120
. Despesas de pessoal (nota 21)	(7.534)
. Outras despesas administrativas (nota 22)	(4.058)
. Despesas tributárias	(1.878)
. Outras receitas operacionais	47
. Outras despesas operacionais	(295)
Resultado operacional	17.366
Resultado não operacional (nota 23)	925
Resultado antes da tributação sobre o lucro	18.291
Imposto de renda e contribuição social	(3.680)
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 18)	(4.656)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	976
Lucro líquido do semestre	14.611
Lucro líquido do semestre por lote de mil ações (em reais)	37,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2025</u>
Lucro líquido do semestre	14.611
Outros resultados abrangentes	-
Total do lucro abrangente do semestre	<u>14.611</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias		
1o. SEMESTRE DE 2025					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	215.000	6.596	74.357	-	295.953
Ajuste adoção inicial - Res.4.966/21 CMN (nota 25)	-	-	-	(873)	(873)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	215.000	6.596	74.357	(873)	295.080
Lucro líquido do semestre	-	-	-	14.611	14.611
Destinações:					
Reserva legal	-	730	-	(730)	-
Dividendos (R\$ 208,20/lote de mil ações)	-	-	(74.357)	(6.123)	(80.480)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(10.070)	(10.070)
Saldos em 30 de junho de 2025	215.000	7.326	-	(3.185)	219.141
Mutações do 1o. semestre de 2025	-	730	(74.357)	(3.185)	(76.812)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2025</u>
Lucro líquido do semestre	14.611
Depreciações e amortizações (nota 22)	138
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 7)	3.686
Ajuste de adoção inicial - Resolução CMN nº 4.966/21 (nota 25)	<u>(873)</u>
Lucro líquido ajustado do semestre	17.562
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(135)
Redução em operações de crédito	142.805
(Aumento) em operações com característica de concessão de crédito	(2.265)
Redução em ativos fiscais correntes	2.433
(Aumento) em ativos fiscais diferidos	(1.689)
Redução em outros valores e bens	1.772
(Aumento) em outros ativos	(1.911)
Aumento em depósitos	86.660
(Redução) em recursos de letras de crédito imobiliário	(20.923)
Aumento em obrigações por repasses	13
Aumento em provisões	377
(Redução) em obrigações fiscais correntes	(7.943)
(Redução) em outros passivos	<u>(25)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	199.169
Aquisição de imobilizado de uso	(46)
Aquisição de intangível	<u>(17)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(63)
Dividendos pagos (nota 20c)	(80.480)
Juros sobre o capital próprio (nota 20c)	<u>(10.070)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(90.550)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>126.118</u>
 Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa	
No início do semestre/exercício	259.105
No fim do semestre (nota 3)	<u>385.223</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>126.118</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Tricury S.A. (“Banco” ou “Instituição”) transformado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, situado à Avenida Paulista, 37 – 17º. Andar – cj 171, CEP 01311-000, São Paulo/SP, atua operando as carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis se referem à instituição individual, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas práticas compreendem as disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e suas alterações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF), normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo próprio Bacen e, quando aplicável, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados por meio de atos normativos específicos.

A partir de 1º de janeiro de 2025, a instituição adotou a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, alterando os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e optou por utilizar a dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores, conforme previsto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e alterações posteriores, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários, evidenciados na nota 26.

As atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 4.966/21, estabeleceu conceitos e critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, bem como para a designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 e instituiu a partir de 1º de janeiro de 2025, um novo conceito para apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

A Lei nº 14.467/22, entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2025 e dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Os efeitos decorrentes da sua aplicação estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários. Em 30/06/2025, o Banco Tricury não possuía operações que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025 foram aprovadas pela Administração em 29 de setembro de 2025.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com liquidez imediata.

2.2.3. Instrumentos financeiros

Classificação de instrumentos financeiros: Os critérios adotados para essa classificação se basearam no modelo de negócio definido pelo Banco, levando em consideração as características dos fluxos de caixas contratuais e a identificação, específica, se estes atendem ao critério de “Somente Pagamento de Principal e Juros”. Nessas condições os instrumentos financeiros serão classificados em três categorias:

- i. Custo amortizado (CA): ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa contratuais, consistindo somente em pagamentos de principal e juros (SPPJ), nele incluídas as operações de crédito e para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo o método de taxa de juros diferenciada;
- ii. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa e venda, desde que atendam ao critério (SPPJ). Atualmente a instituição não possui operações nesta categoria; e
- iii. Valor justo no resultado (VJR): utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

Teste de somente pagamento de principal e juros (SPPJ): Na aplicação do teste SPPJ foram observados se os fluxos de caixa contratuais consistiram somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal e se as taxas praticadas não apresentavam oscilações substanciais que influenciavam nesses fluxos de caixa. Após a aplicação do teste SPPJ, concluiu-se que os fluxos de caixa das operações de crédito atendem ao critério SPPJ, justificando sua classificação como custo amortizado.

Taxa de juros efetiva (TJE): a taxa de juros efetiva (TJE) será calculada com base no método de juros efetivo, para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, estão considerados os custos de transação e eventuais valores recebidos na originação ou aquisição dos ativos e optou-se pela metodologia diferenciada, apropriando receitas e despesas de forma linear ao longo do prazo contratual.

Provisões para perdas associadas ao risco de crédito: O Banco adotou a metodologia simplificada para o cálculo das perdas esperadas, dos instrumentos financeiros, as perdas estão estimadas com bases nas análises de probabilidade de inadimplência do devedor, percentual da exposição não recuperável e valor exposto no momento da inadimplência, cujas classificações obedecem a metodologia e percentuais definidos na Resolução BCB nº 352/23.

Ativos problemáticos: estão considerados aqueles com atraso superior a 90 dias ou indicativos de que o recebimento não será integralmente honrado, observados os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 relativos ao atraso no pagamento das operações.

Baixa de instrumentos financeiros: os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Os passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

Hierarquia do valor justo: é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação. A classificação do valor justo é estruturada em três níveis hierárquicos, conforme descrito a seguir:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem a necessidade de ajustes ou estimativas adicionais.

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável, incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. O Banco não efetuou reclassificação de seus instrumentos financeiros no período.

2.2.4. Depósitos, captações no mercado e recursos de letras de crédito imobiliário

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata dia”.

2.2.5. Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. Os valores são registrados inicialmente a valor contábil e ajustados a valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. O valor de mercado é determinado por meio de laudo de avaliação imobiliária ou estimativa de valor de mercado.

2.2.6. Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.7. Provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25.

a. Contingências ativas: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem contingências ativas para 30 de junho de 2025;

b. Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

c. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.8. Provisão para garantias financeiras prestadas

A constituição de provisão para garantias financeiras prestadas é baseada na avaliação quanto à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, com base em informações e critérios consistentes, sendo suficiente para cobertura das perdas prováveis, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21.

2.2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

2.2.10. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido**Corrente**

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Contribuição Social 20%.

Diferido

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas mesmas alíquotas dos tributos correntes, tomando por base as diferenças temporárias dedutíveis, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “ativos fiscais diferidos” com reflexo no resultado do período.

2.2.11. Resultado por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

2.2.12. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

2.2.13. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 50% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

2.2.14. Resultados não recorrentes

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco não possui resultado não recorrente no semestre.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	30/06/2025
Disponibilidades	83
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	385.141
Total	385.224

(a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2025
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	
- Letras Financeiras do Tesouro	180.582
- Letras do Tesouro Nacional	153.600
Aplicações em depósitos interfinanceiros	
- Não ligadas	50.959
Total	385.141

4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos correspondem a aplicação em títulos de renda fixa, classificados na categoria “custo amortizado”, e está composto como segue:

	30/06/2025
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	
- Letras Financeiras do Tesouro	2.183
Total	2.183

5. Operações de crédito

a) Composição

30/06/2025				
Classificação por nível de risco	Circulante		Não circulante	
	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas
Ativos não problemáticos	186.831	3.265	81.325	1.164
C1	123.620	2.065	74.643	1.045
C2	352	5	1.458	20
C3	62.656	1.191	5.096	97
C4	-	-	-	-
C5	203	4	128	2
Ativos problemáticos	19.718	3.074	10.000	1.900
C1	19.702	3.066	10.000	1.900
C2	-	-	-	-
C3	16	8	-	-
C4	-	-	-	-
C5	-	-	-	-
Total	206.549	6.339	91.325	3.064

b) Faixa de vencimento

30/06/2025					
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C5	Total
Ativos não problemáticos	198.263	1.810	67.752	331	268.156
A vencer					
De 1 a 180 dias	69.852	165	47.167	99	117.283
De 181 a 365 dias	46.871	186	15.489	104	62.650
Acima de 365 dias	74.644	1.459	5.096	128	81.327
Vencidas					
De 1 a 30 dias	265	-	-	-	265
De 31 a 90 dias	6.631	-	-	-	6.631
Ativos problemáticos	29.702	-	16	-	29.718
A vencer					
De 1 a 180 dias	14.515	-	-	-	14.515
De 181 a 365 dias	1.707	-	-	-	1.707
Acima de 365 dias	10.000	-	-	-	10.000
Vencidas					
De 1 a 30 dias	321	-	8	-	329
De 31 a 90 dias	1.449	-	8	-	1.457
De 91 a 180 dias	1.710	-	-	-	1.710
Total	227.965	1.810	67.768	331	297.874

c) Atividade econômica
30/06/2025
Setor privado

Indústria	8.152
Comércio	9.818
Serviços	271.940
Pessoas físicas	7.964
Total	297.874

6. Operações com características de concessão de crédito
a) Composição
30/06/2025

Classificação por nível de risco	Circulante		Não circulante	
	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas	Saldo da carteira	Provisão para perdas esperadas
Ativos não problemáticos	1.034	15	431	6
C1	1.034	15	431	6
Ativos problemáticos	800	152	-	-
C1	800	152	-	-
Total	1.834	167	431	6

b) Faixa de vencimento
30/06/2025

	Carteira C1	Total
Ativos não problemáticos	1.465	1.465
A vencer		
De 1 a 180 dias	517	517
De 181 a 365 dias	517	517
Acima de 365 dias	431	431
Ativos problemáticos	800	800
Vencidas		
De 1 a 180 dias	800	800
Total	2.265	2.265

c) Atividade econômica
30/06/2025
Setor privado

Serviços	1.465
Pessoas físicas	800
Total	2.265

7. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**Operações de crédito**

	30/06/2025
Saldo no início do exercício	5.890
Adoção inicial - Res. 4.966 CMN e Res. 352 BCB	1.587
Provisão/(reversão) de provisão para perdas	1.926
Créditos baixados como prejuízo	-
Saldo no fim do exercício	9.403

Operações com característica de concessão de crédito

	30/06/2025
Saldo no início do exercício	-
Adoção inicial - Res. 4.966 CMN e Res. 352 BCB	-
Provisão/(reversão) de provisão para perdas	173
Créditos baixados como prejuízo	-
Saldo no fim do exercício	173

Resultado com perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2025
Operações de crédito	3.513
Operações com característica de concessão de crédito	173
Total	3.686

8. Ativos fiscais correntes

Referem-se a imposto de renda e contribuição social recolhidos por estimativa mensal a compensar.

	30/06/2025
IRPJ - Estimativa mensal	1.222
CSLL - Estimativa mensal	739
Outros impostos e contribuições a compensar	12
Total	1.973

9. Ativos fiscais diferidos

Referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e serão realizados à medida que se tornarem dedutíveis. A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos é estimada em 63% no primeiro ano, 24% no segundo ano, 6% no terceiro ano e 7% no quinto ano. O valor presente desses créditos tributários, calculado com base na taxa de captação (CDI), equivale a R\$ 3.790. A natureza e base dos ativos fiscais diferidos são a seguir demonstradas:

30/06/2025
Descrição

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.403
Provisão para outras operações com característica de concessão de crédito	173
Provisão sobre garantias prestadas	21
Créditos baixados para prejuízo	-
Provisão de processo cível	3
Provisão outras contingências fiscais/trabalhistas	752
Total das diferenças temporárias	10.352
Imposto de renda - alíquota de 25%	2.588
Contribuição social - alíquota de 20%	2.070
Total dos ativos fiscais diferidos	4.658

10. Outros valores e bens

Refere-se a imóveis no montante de R\$ 34.849 e outros bens no montante de R\$ 678, não de uso próprio, recebidos em dação de pagamento.

11. Outros Ativos
30/06/2025

Rendas a receber (a)	676
Adiantamentos salariais	403
Devedores por depósitos em garantia (b)	2.859
Devedores diversos (c)	3.903
Total	7.841
Ativo circulante	7.141
Ativo não circulante	700

- a) Referem-se a valores a receber do programa minha casa minha vida.
b) Corresponde a depósitos judiciais para garantia de processos fiscais.
c) Referem-se a valores a receber relativo a taxa de ocupação de imóvel, cessão de direitos creditórios e precatório da prefeitura municipal de Osasco.

12. Depósitos

A composição da carteira de depósitos está classificada como segue:

30/06/2025

	Depósitos à vista	Depósitos a prazo
Pessoa jurídica	4.283	176.320
Pessoa física	63	287.062
Instituições financeiras	-	14.042
Total	4.346	477.424
Passivo circulante	4.346	105.042
Passivo não circulante	-	372.382

13. Recursos de letras de crédito imobiliário

Os recursos de letras de crédito imobiliário são a seguir demonstrados:

	30/06/2025
Pessoa física	11.038
Total	11.038
Passivo circulante	8.011
Passivo não circulante	3.027

14. Obrigações por repasses

As obrigações por repasses do país no montante de R\$ 5.993, referem-se a recursos a repassar do Programa Minha Casa Minha Vida.

15. Provisões

O saldo de "Provisões" no montante de R\$ 3.797, refere-se a provisão para pagamentos com despesas de pessoal e outras despesas administrativas no montante de R\$ 1.354, provisões para contingências R\$ 2.409 e garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 33.

Provisão para demandas judiciais

O Banco, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza fiscal, legal e cível. As provisões decorrentes destes processos são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessário o desembolso, a provisão deverá ser revertida.

A classificação das demandas judiciais, efetuada pelos nossos assessores jurídicos, é a seguir demonstrada:

	30/06/2025			
<u>Matéria</u>	Perda provável		Perda possível	
	valor	qtde	valor	qtde
Processos cíveis	162	4	11.758	27
Processos trabalhistas	7	1	-	-
Processos fiscais	-	-	695	1
Total	169	5	12.453	28

A composição e movimentação das provisões para contingências é a seguir demonstrada:

Matéria	31/12/2024	Adição	Baixa	30/06/2025
Cível	3	-	-	3
Trabalhista	22	2	-	24
Tributária	2.321	61	-	2.382
Total	2.346	63	-	2.409

16. Obrigações fiscais correntes

	30/06/2025
Provisão de IRPJ e CSLL (nota 18)	4.656
Impostos e contribuições a recolher	2.313
Total	6.969

17. Outros passivos

Em 30 de junho de 2025 o saldo de "Outros passivos" no montante de R\$ 228, refere-se a relações interdependências no valor de R\$ 60, valores a pagar a ligadas no valor de R\$ 112 e credores diversos no valor de R\$ 56.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente e diferido

	30/06/2025
Apuração de Imposto de Renda /Contribuição Social	
Resultado do período antes da tributação sobre o lucro	18.291
Juros sobre o capital próprio	(10.070)
Adições	2.168
Exclusões	-
Valor do lucro real	10.389
Imposto de Renda a alíquota de 15%	(1.558)
Adicional de Imposto de Renda a alíquota de 10%	(1.027)
Outras deduções	7
Contribuição Social - alíquota de 20%	(2.078)
Ativos fiscais diferidos	976
Total de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.680)

19. Transação com partes relacionadas

O Banco e suas empresas coligadas mantêm transações entre si. As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos. Os saldos destas transações são a seguir demonstrados:

	Passivo		30/06/2025
	Relações interdependências	Depósitos a prazo	Despesa de captação
Omega Administração e Participações Ltda	34	4.823	384
JSGJ Participações Ltda	8	886	86
Tricury Armazens Ltda	9	7.910	510
Tricury Participações Ltda	8	-	-
Miura Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	13	2
JJ André de Almeida Empreend. Imobiliários Ltda	-	113	7
RP Log Administração e Participações Ltda	-	124	106
Trisul Participações S/A	1	132.471	6.786
Total	60	146.340	7.881

	30/06/2025	
	Operações de crédito	
	Empréstimos	Receitas
Omega Administração e Participações Ltda	9.728	697
Tricury Armazens Ltda	9.728	697
Total	19.456	1.394

Remuneração dos administradores

Os administradores do Banco são remunerados por meio de salários e registrados sob o regime CLT e estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do período.

O salário atribuído no semestre findo em 30 de junho de 2025 ao pessoal chave da Administração corresponde a R\$ 477.

O Banco não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria e Administração.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 215.000, representado por 386.552.410 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, conforme determinado em Assembleia Geral Extraordinária.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Durante o primeiro semestre de 2025, o banco realizou distribuição de dividendos que totalizaram R\$ 80.480, proveniente do saldo de reserva estatutária, sendo R\$ 74.357 de exercícios anteriores e R\$ 6.123 pagos antecipadamente relativo ao exercício de 2025 e efetuou pagamento a título de remuneração do capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 10.070.

21. Despesas de pessoal

	30/06/2025
Proventos	4.455
Encargos sociais	1.438
Benefícios	957
Outros	684
Total	7.534

22. Outras despesas administrativas

	30/06/2025
Aluguéis e condomínio	929
Processamento de dados	545
Serviços do sistema financeiro	256
Serviços técnicos especializados	1.625
Amortizações	6
Depreciações	132
Outras	565
Total	4.058

23. Resultado não operacional

Refere-se majoritariamente ao resultado obtido com taxa de ocupação de imóvel no montante de R\$ 202 e alienação dos bens não de uso no montante de R\$ 552, registrados em Outros Valores e Bens e outras rendas operacionais no montante de R\$ 171.

24. Outras informações**a) Acordo de Basileia – limite operacional**

O nível adequado de capital regulamentar é demonstrado com base na apuração do Índice de Basileia, através de metodologias definidas conforme Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21. O índice de Basileia do Banco corresponde a 45,50%.

b) Gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital

i) Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e em conformidade com o seu segmento (S4) o Banco implementou estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e estrutura de gerenciamento contínuo de capital.

Essa estrutura é compatível com a exposição aos riscos assumidos pelo Banco e prevê o gerenciamento integrado e contínuo dos seguintes riscos associados:

Risco de Crédito: Risco associado à possibilidade do tomador não honrar suas obrigações nos termos dos contratos bem como a insuficiência da garantia em liquidar os débitos existentes.

Risco de Mercado: Risco de ocorrência de perdas resultantes da flutuação das taxas de juros acarretando redução dos valores de mercado das posições assumidas.

Risco Operacional: Possibilidade de perdas financeiras devido a impactos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, inadequação ou deficiência de contratos, descumprimento de dispositivos legais e indenização por danos a terceiros.

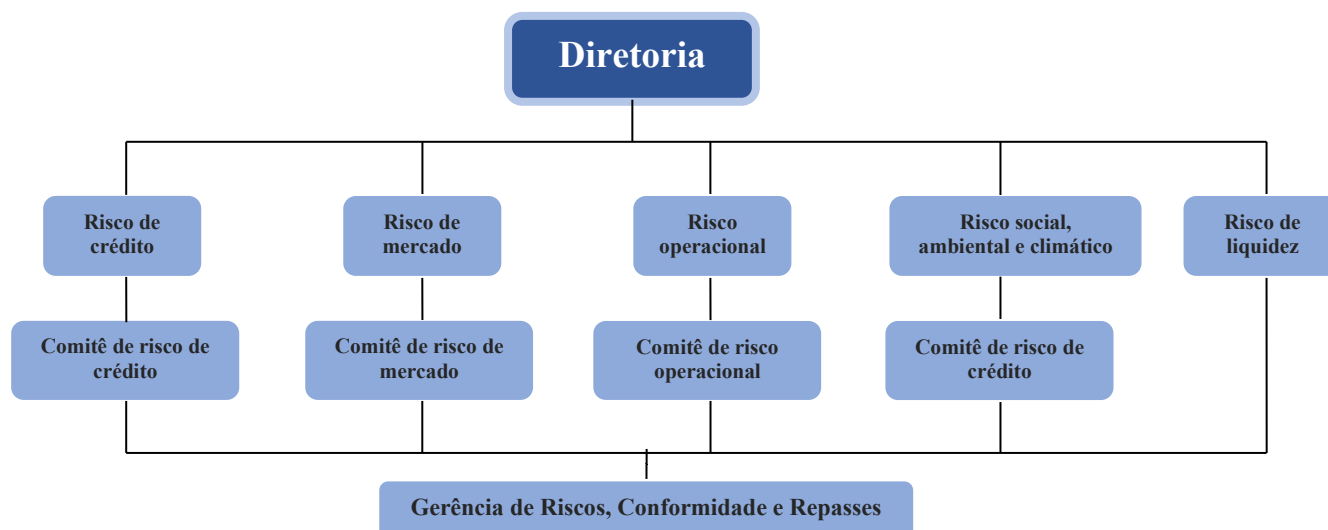
Risco Social, Ambiental e Climático: Possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum, eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais e a eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) para cobrir as obrigações (saídas de caixa) da instituição no horizonte temporal analisado.

Pelas características das operações realizadas pela instituição, o risco social ambiental é contemplado em nossas políticas, porém não representa risco considerado como relevante.

Todas as políticas de gerenciamento de riscos da Instituição são aprovadas pela Diretoria e encontram-se divulgadas em nosso site corporativo.

Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos



Gerenciamento de capital

A gestão de capital faz parte do sistema de avaliação de riscos da Instituição, efetuado com o intuito de manter o capital em nível suficiente para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

A suficiência de capital deve abranger, além do capital regulatório, previsto no Pilar I de Basileia conhecido como PRE (Patrimônio de Referência Exigido), o Capital Adicional, previsto no Pilar II e que considera diversos outros riscos, tais como:

- Risco de liquidez e inadimplência;
- Risco de concentração.

Outra função importante do gerenciamento de capital é assegurar que a instituição mantenha, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos assumidos, representado pelo PRE (Patrimônio de Referência Exigido). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

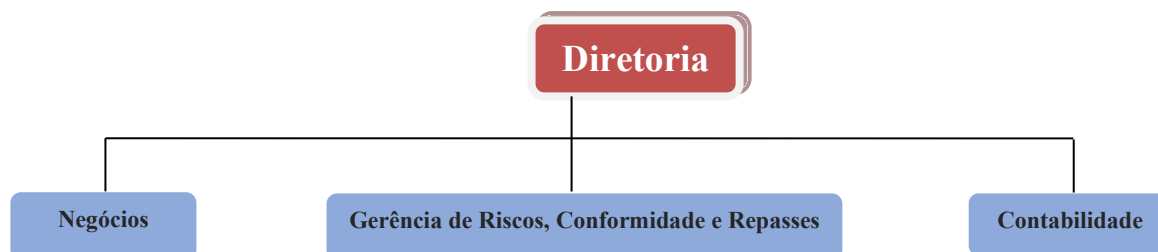
$$\text{PRE} = \text{RWA}_{\text{CPAD}} + \text{RWA}_{\text{MPAD}} + \text{RWA}_{\text{OPAD}}$$

Risco de crédito

Risco de mercado

Risco operacional

Estrutura de Gerenciamento Integrado de Capital



ii) Instrumentos financeiros: o Banco mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

O Banco não possui posições ou transações com instrumentos financeiros derivativos a serem informadas.

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração do Banco, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas. Durante o primeiro semestre de 2025 o Capital apurado foi suficiente para a manutenção dos níveis de risco assumidos pela Instituição.

Caso o Capital se aproxime de níveis considerados insuficientes, nosso Plano de Capital prevê providências de contingenciamento.

c) Análise de sensibilidade

As análises são realizadas através de choques nas medidas de sensibilidade, em que demonstra o impacto no valor de mercado de ativos submetidos a variação das taxas indexadas, quando da exposição do risco de mercado.

Cenário I: Choque de 1,5 p.p

Cenário II: Choque de 2,0 p.p

Cenário III: Choque de 2,5 p.p

30/06/2025

	Valor	Resultados		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Títulos e Valores Mobiliários	2.183	(12)	(16)	(20)

25. Impactos da Resolução CMN 4.966/21

Os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/21 sobre o resultado e a posição financeira da instituição é a seguir demonstrados:

Patrimônio líquido em 31/12/2024	295.953
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.587)
Efeitos tributários	714
Patrimônio líquido em 01/01/2025	295.080

26. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes que requeressem ajustes contábeis ou divulgação.

José Roberto Cury
Diretor

Rogério Dias
Contador
CRC 1SP 180.027/O-0